



4º EPPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13, 14 e 15
Set / 2017

Boa Vista / Roraima - Brasil

PROTEÇÃO SOCIAL, DESENVOLVIMENTO E CULTURA NA PAN- AMAZÔNIA

Marlene de Deus Lima
Rita de Cássia Nunes Bastos
Rosimary de Souza Lourenço
Thais Ilka de Deus Lima

RESUMO:

Este estudo é parte das inúmeras reflexões proporcionadas pelas discussões nas aulas do curso do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia na Universidade Federal do Amazonas. Está centrado em pesquisa bibliográfica com enfoque crítico dos temas aqui apresentados. Tem como objetivo refletir sobre a relação entre o conceito de Proteção Social, Desenvolvimento e Cultura na Pan-Amazônia e Caribe, mais precisamente, voltado para o caso da Amazônia, identificando a forma como tem sido implementadas os diferentes discursos que são acionados na busca de sua legitimação, tendo como foco as políticas públicas de proteção social implementadas historicamente pelo governo federal.

Palavras chave: Desenvolvimento; Políticas Públicas; Proteção Social.

ABSTRACT:

This study is part of the numerous reflections provided by the discussions in the classes of the course of the Graduate Program in Social Service and Sustainability in the Amazon at the Federal University of Amazonas. It focuses on bibliographical research with a critical focus on the themes presented here. It aims to reflect on the relationship between the concept of Social Protection, Development and Culture in the Pan-Amazon and the Caribbean, more precisely, focused on the case of the Amazon, identifying the way in which the different discourses that are activated in the search for Its legitimacy, focusing on the public policies of social protection historically implemented by the federal government. Keywords:

Keywords: Development; Public policy; Social Protection.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo é parte das inúmeras reflexões proporcionadas pelas discussões nas aulas do curso do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia na Universidade Federal do Amazonas. Está centrado na pesquisa bibliográfica com enfoque crítico dos temas aqui apresentados, tendo como objetivo refletir sobre a relação entre o conceito de Proteção Social, Desenvolvimento e Cultura na Pan-Amazônia e Caribe, mais precisamente, voltado para o caso da Amazônia, identificando a forma como tem sido implementadas os diferentes discursos que são acionados na busca de sua legitimação, tendo como foco as políticas públicas de proteção social implementadas historicamente pelo governo federal.

A Amazônia é uma imensa região natural, individualizada por elementos da natureza, como o clima, a vegetação, a hidrografia entre outro. Se estende por 6,5 milhões de quilômetros quadrados no norte da América do Sul. É considerada uma região internacional (Amazônia continental), denominada também de Pan-Amazônia. É constituída por nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Guiana Inglesa, Peru, Suriname e Venezuela. Ocupa dez Estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Apesar dos avanços nas últimas décadas, ainda são drásticas as condições sociais, econômicas e ambientais nos países que constituem Pan- Amazônia. Cerca da metade da população que vive nos países na Pan-Amazônia encontra-se abaixo da linha da pobreza, apesar dos vastos recursos naturais. A situação é mais crítica na Bolívia (60%), Equador (59%), Peru e Guiana Inglesa (54%), Venezuela (52%) e Suriname (51%) (ARA, 2011).

A Amazônia tem sido apontada como uma das regiões mais complexas do mundo, não se restringindo apenas a biodiversidade, mas a um conjunto de povos e culturas, que não é definida pela bacia hidrográfica do Amazonas ou pela flora equatorial, mas em função de uma sociedade que se distingue pela unidade da cultura, pelos aspectos social e cultural do conjunto humano que representa a Amazônia, ou com muitos denominam, a Pan- Amazônia.

Em seu conjunto, a Amazônia brasileira tem sido palco de pelo menos dois tipos de reprodução: a desigualdade social e a pobreza extrema. Vivemos historicamente uma grande contradição, de um lado, um país extremamente rico quanto as suas reservas naturais; e por outro, mergulhado numa conjuntura de grande concentração de renda e terra na mão de poucos, paralelo profunda pobreza da maioria da população brasileira. Ou seja, o país não é um país pobre, mas um país com muitos pobres, cuja a gênese não reside na escassez de recursos, mas no conjunto de determinantes e condicionantes imposto pelo sistema capitalista de produção, do qual a irregular distribuição da riqueza, a concentração de renda nas mãos de poucos, são alguns de seus desdobramentos.

Neste contexto, elegemos como questões norteadoras: De que forma o desenvolvimento, a cultura e as políticas públicas de proteção social estão relacionadas a melhoria das condições de vida dos povos na

Pan- Amazônia ? De que forma essa relação tem impactado na vida do povo amazônico e contribuído para acirrar tensões ou para o fortalecimento e empoderamento dos cidadãos amazônicos e caribenhos, melhorando sua qualidade de vida?

2 DESENVOLVIMENTO

Ao analisar o modelo de desenvolvimento capitalista, Santos (2010) afirma que o sistema capitalista, mediante as particularidades sócio-históricas postas a partir de 1970, no contexto de sua crise estrutural, elaborou estratégias de reação incapaz de reverter tendências da taxa de juros. Operou por meio de iniciativas que configuraram a mundialização da economia e a ascensão do neoliberalismo. As implicações da reação burguesa na vida cotidiana se manifestam todos os dias na barbarização da vida humana, na criminalização da pobreza; na ruptura com valores civilizatórios e nos investimentos ideológico para a reprodução de posicionamentos conciliatórios e de negação dos interesses de classe.

Francisco de Oliveira (1998) apud Oliveira (2009) inferem que no capitalismo avançado, em relação à política social traz, no seu interior, o reconhecimento das próprias limites do mercado quanto ao atendimento das necessidades de reprodução da força de trabalho. Não é só a degradação das condições da vida do proletariado e as suas reivindicações que determinam o surgimento das políticas sociais, mas os direitos sociais e as medidas jurídicas que consagram as políticas sociais vinculam-se também as alternativas encontradas pelo capital frente à crise de acumulação enfrentada no final dos anos 20 do século passado. O que se configurou como *Welfare State* foi também uma forma de alargar as funções econômicas e sociais do Estado, não tendo elas objetivo de atender apenas às reivindicações dos trabalhadores, mas que por meio do *Welfare State*, o Estado passa também a financiar a acumulação de capital através de inúmeros mecanismos. De forma que os gastos com o financiamento do capital tornaram-se muito maiores do que com a reprodução da força de trabalho.

Oliveira (2009) considera que as contradições da sociedade capitalista são explicitadas na produção coletiva de riquezas e na apropriação privada estão na base da questão social e do surgimento das políticas sociais ou dos sistemas de proteção social no mundo inteiro. São políticas redistributivas com objetivo de reduzir as desigualdades geradas na esfera da produção. Tal estratégia é incapaz de promover uma real melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, uma vez que o Estado atende apenas reivindicações em relação às questões que são aceitáveis para o capital e para o grupo dominante, revelado ao mesmo tempo as limitações das teses liberais em defesa do livre jogo do mercado e de uma compreensão da pobreza como algo natural, como não sendo dever do Estado interferir.

O processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil a luz das análises de Almeida & Alencar (2001), se desenvolve dentro de um quadro recessivo, em nível da produção de bens manufaturados e primários, além de outros caminhos, em relação à crise, principalmente a especulação financeira, os

negócios com os bancos, algumas brechas no sistema de exportação. Soma-se os princípios econômicos e políticos que identificam-se com o neoliberalismo, que vêm sendo aplicados a partir da década de 70. Dessa forma, tratou-se de introduzir mudanças na organização produtiva, por meio do que se convencionou chamar de reestruturação produtiva. Esta tem implicado, portanto no reordenamento da produção e acumulação com repercussões no mundo do trabalho, alterando processos e relações de trabalho, mediante inovações no sistema produtivo e nas modalidades de gestão, consumo e controle da força de trabalho.

Para Antunes (2000; 2004), a crise afeta tanto aspectos materiais quanto a subjetividade do ser-que-vive-do trabalho. Nos aspectos subjetivos, atingiu a consciência de classe, expressando-se nos organismos representativos, a exemplo dos sindicatos, entre outros. Desenvolve à crise de identidade, devido ao crescente desemprego, à flexibilização e à terceirização dos serviços. No o processo de reestruturação do capital, surgem “os novos subproletários do mundo” – trabalho feminino mal remunerado, jovens sem experiência no mercado de trabalho, trabalhadores considerados “velhos”, segundo a ótica do capital, os quais são tidos como descartáveis pelos empregadores e sem outras oportunidades, vão aumentar a massa de desocupados. E onde a pequena parcela de trabalhadores – da acumulação flexível- que permanece empregado precisam adequarem-se as novas exigências do processo de produção e gestão do capital – maior grau de escolaridade, participação, e a polivalência. Ou seja, a produção material capitalista busca reduzir a força de trabalho estável em prol do instável, temporário, informal, doméstico.

Para Meszáros (2003) o desemprego já não se limita a um exército de reserva à espera de ser ativado e trazido para o quadro de expansão produtiva do capital. A grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter crônico. O desemprego estrutural atinge todos os trabalhadores- jovens, velhos, qualificados, desqualificados, dos países centrais, e periféricos.

Bauman (2005) aponta para uma transformação profunda no padrão de convívio humano inaugurado pela ‘modernidade líquida’, uma mutação no projeto civilizatório e nos mecanismos de regulamentação das fronteiras: dentro/fora, inclusão/exclusão, ordem/caos, pureza/sujeira, bem/mal, produto/refugio. Considera que a criação sucessiva de projetos societais, que caracterizou a modernidade, que tratava de organizar mapas ante a desordem do mundo, estabelecendo linhas de contorno de regulamentação, coerência, integração, simultaneamente estabeleceu fronteiras de exclusão, de anomalia, de desvio.

Bauman (2005) descreve uma geração constituída por “mal-estares e aflições especificamente líquido modernas”: insegurança, depressão, condição de sem-teto social, uma geração marcada pela preocupação quanto à redundância, constantemente interpelada pelas condições de crise, de mudança, de ansiedade. O modelo para lidar com as crises parece não funcionar mais. Há uma indefinição quanto aos fins da ação humana. No “mapa irracional” do mundo contemporâneo, os indivíduos hoje são confrontados

diariamente com a possibilidade de serem redundantes, supérfluos, impuros, lixo humana, à invisibilidade social.

No entendimento de Meszáros (2009) a imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro é naturalmente inseparável do aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria, assim como das resultantes perturbações que surgem com a absolutamente letárgica acumulação de capital no campo produtivo da atividade econômica.

Aguas (2010) ao analisar as taxas de desemprego na última década a partir da análise empírica realizada com base nas seis regiões metropolitanas de abrangência da PME entre 2003 e 2009, tanto em termos agregados, quanto segundo o gênero, a idade e a escolaridade dos indivíduos infere que a proporção de desempregados em termos agregados seria cerca de duas vezes maior se fossem incluídos os marginalmente ativos e os subocupados por insuficiência de horas. Além disso, as reduções da taxa de desemprego padrão observadas ao longo do tempo são acompanhadas de quedas tanto na proporção de marginalmente ativos quanto na de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas.

Nascimento (2010), ao analisar o modelo de desenvolvimento capitalista no Estado do Pará, analisa que há uma estreita relação entre a modernização excludente e as desigualdades na Amazônia Ocidental, especialmente no Estado do Pará, pela forma e política com que operam as multinacionais do chamado grande capital, submetendo a classe trabalhadora a um constante processo de pauperização. Observa que em nome de uma retórica do desenvolvimento regional e da integração da Amazônia ao Brasil e ao mundo, o que na verdade tem se expressado pela pauperização cada vez maior dos seus habitantes nativos e imigrantes que, iludidos pela propaganda da riqueza fácil, constituem em bolsões de pobreza, tornando o Estado paradoxalmente rico em recursos naturais e pauperismo em igualdade de renda e emprego.

Diante da volúpia com que o desemprego crônico cresce, numa estrutura de sistema do capital, que produz desequilíbrios cada vez mais crescentes da ordem capitalista, abalando não somente a estabilidade social, mas trazendo consequências que vão desde o crescimento da criminalidade (especialmente entre os jovens) até denúncias violentas de agravos econômicos e formas de ação direta (como paralisações de trabalhadores ou manifestação de massa contra abusos como aumento excessivo de impostos).

Giuseppe Cocco (2009) ao problematizar a mobilização produtiva da Amazônia tendo em vista o processo de globalização e a dinâmica mais geral do capitalismo contemporâneo, explica que o capitalismo contemporâneo associa dois tratos fundamentais: o esgotamento do “pleno emprego” e a obsolescência da própria clivagem que separava o centro da periferia e desenhava as linhas da divisão internacional do trabalho. Junta-se um outro elemento inovador, à crise do sentido da própria noção de “crescimento”.

No âmbito desse deslocamento, conforme o autor, não se respeita nenhum estágio “progressivo”, nenhuma linearidade, a Amazônia se constitui, paradoxalmente, como “o” território que mais está – desde já – atravessado por temas locais e globais ao mesmo tempo. Por dramáticos que possam aparecer seus impactos e suas conseqüências, a virada pós-industrial do capitalismo das redes pode se constituir em um novo leque de oportunidades para o Brasil e especialmente para a Amazônia. De toda maneira, essa virada define um campo material de enfrentamento que é, ao mesmo tempo, novo e inevitável.

Giuseppe Cocco (2009) infere que o enfrentamento e os desafios que definem esse novo “campo” fogem de vez das tradicionais clivagens e solapam qualquer possibilidade de se pensar os embates do desenvolvimento dentro de um horizonte linear e de seus estágios de “progresso”. Dando a ilusão de que a emancipação passaria por um processo de industrialização independente permitindo ao Brasil de alcançar o “pleno emprego” e, com ele e graça a ele, padrões de consumo comparáveis aos das economias centrais.

Segundo a UNDP (2000), a pobreza enquanto fenômeno multidimensional e complexo, passa a ser foco de discussão a partir de múltiplas definições e formas de avaliá-la. Tradicionalmente, a pobreza é definida como privação material, medida pela renda ou consumo do indivíduo ou da família. Neste caso, fala-se de pobreza extrema ou pobreza absoluta como a insuficiência de rendimentos para satisfazer as necessidades alimentares básicas. Estas últimas, muitas vezes são expressas em termos de requisitos calóricos mínimos. Esta definição de pobreza geral ou relativa, traduz-se na insuficiência de renda para satisfazer necessidades alimentares básicas não-básicas, que são vestuário, habitação e energia.

No entendimento de Castel (2005), existe dois tipos de proteção na sociedade capitalista, a *proteção civil*, garantindo a guarda aos indivíduos e os bens em um Estado de Direito; e a *proteção social*, enquanto oferta de provisões contra os riscos que podem virem a provocar “uma degradação da situação dos indivíduos, como a doença, o acidente, a velhice sem recursos, as circunstâncias imprevisíveis da vida que podem culminar, em casos extremos, na decadência social”. Tal processo, subscreve-se no acesso a um conjunto de seguranças capazes de impedir as ameaças de degradação do estatuto social do indivíduo, do risco social que se constituiria “em um evento que compromete a capacidade dos indivíduos de assegurar por si mesmos sua independência social” (CASTEL, 2005, p. 7 e 27).

No Brasil, existem vários trabalhos com essa abordagem, como Rocha (2000), Hoffman (1998), Barros, Carvalho e Franco (2003) e Lopes, Macedo & Machado (2005) entre muitos outros que compreendem que cabe ao Estado o dever de intervir junto ao quadro econômico, político e social aqui apresentado no qual a construção de políticas públicas é a principal estratégia como forma de garantir direitos até então negados pelos ideais neoliberais.

Para Laswell (1958), as decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. Lynn (1980) entende que é o conjunto específico de ações do governo que produz efeitos específicos. Dye (1984) concebe-as como

todas as ações que o governo escolhe fazer ou não fazer. Peters (1986) delimita mais essas ações do Estado, restringindo-as apenas as atividades dos governos que tem por objetivo agir diretamente ou através de delegação, influenciando a vida dos cidadãos; Para Mead (1995) é um campo de estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.

Pereira (2009) amplia mais esses conceitos, afirmando que a Política Pública é um tipo particular e moderno da política e que tem como principal função, concretizar direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparados em lei. Infere que há duas interpretações bastante conhecidas: a que privilegia o Estado como produtor exclusivo de política pública; e a que privilegia a relação dialeticamente contraditória entre Estado e sociedade como o fermento da constituição e processamento dessa política. Para Rey (2010), seja na prática ou apenas na sua forma conceitual, o Estado continua a ser o centro da tomada de decisão da ação política. E em momentos de crises, continuam apostando no milagre buscando a “perfeição da humanidade”, aliando-se aos mercados, ao livre-comércio, a propriedade privada, onde as políticas sociais são “tábua de salvação” da intervenção mínima da esfera estatal e dos governos (HARVEY, 2011).

Lopez (2013) ao discutir o papel do Estado, principalmente, na América Latina, pontua que seu conceito transcende o de política, sua lógica volta-se para a problematização de vários aspectos, sobretudo, na correlação de forças políticas entre Estado e sociedade civil. Essa relação ganha visibilidade na condução da vida social por meio das decisões do Estado (sob a forma dos governos) que são transformadas em política públicas e políticas Sociais. Apesar das fragilidades e críticas que perpassam pela implementação das políticas públicas que caracterizam os sistemas de proteção social, estudos demonstram que nenhuma sociedade viveu sem qualquer tipo de proteção, a ponto de negligenciar o cuidado com os indivíduos, deixando-os a própria sorte ou acometidos por situações de risco.

Tem se evidenciado que a política social brasileira, implementada a partir da Constituição de 1988, concretiza de forma limitada, porém condizente, algumas das concepções para o desenvolvimento com justiça. Mas na contra mão deste processo, caminha a política econômica brasileira. Cujas essências de seus resultados não tem sido favorável à tese do desenvolvimento com justiça social. Isso não quer dizer que não houve avanços na política social brasileira, quer seja de Estado ou/e de governo que se articulem, de forma positiva, às premissas teóricas do desenvolvimento com justiça.

No entendimento de Giovanni (2010), os sistemas de Proteção Social representam formas pelas quais as sociedades desenvolvem um conjunto de ações voltadas para a proteger em parte ou o conjunto dos seus membros, variando qualitativamente conforme o contexto histórico, econômico, social e cultural de seus membros. Tais sistemas proveem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações, variando as formas seletivas de distribuição, redistribuição de bens materiais, bens culturais, imprescindíveis a sobrevivência e a integração na vida social. Incluindo

também os princípios reguladores, e as normas que, sob o prisma da de proteção, compõem a vida das coletividades.

Tal perspectiva, de acordo com Giovanni (2010), dar a proteção social uma abrangência que perpassa desde a sobrevivência e integração da vida social à oferta de serviços para as diferentes vicissitudes e as regulações que permitem o homem viver em sociedade. Tais sistemas, ao incluírem todos esses elementos em seu bojo, materializam as dimensões da cobertura aos diferentes riscos aos quais os indivíduos podem ser acometidos. Além disso, essas proteções têm graus diferenciados de institucionalização o que equivale dizer que, de acordo com o contexto de cada país, são assumidas em maior ou menor grau pelo Estado e não excluem a proteção da própria sociedade.

Neste contexto, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e cultura dos povos da Pan-Amazônia e Caribe, do qual a proteção social é parte intrínseca envolve a relação entre homens e diferentes modelos de Estados e Sociedades. Envolve um diálogo constante entre Sociedade, Desenvolvimento e Cultura, que por sua vez, envolve a ação de cada ser humano em seu cotidiano, onde o mesmo fala, argumenta, discute ações em prol de seu interesse, essência de sua condição de ser social.

Para Fraxe, Witkoski e Miguez (2009), o homem amazônico tem sido marcado por dinamismos e sincretismos singulares, a formação social amazônica foi fundamentada historicamente em tipos variados de escravismo e servidão. Falarmos dos povos da Amazônia faz-se necessário um (re)conhecimento da grande diversidade ambiental e social da região. É preciso tomar como ponto de partida o desenvolvimento histórico da região. As autoras inferem que a Amazônia é (re) conhecida internacionalmente por suas paisagens exuberantes e continentais, nas quais o homem configura como parte indissociável, quase imobilizado no âmago da natureza, como se fosse possível a existência no mundo contemporâneo de uma natureza intocada. Neste processo, a história do homem na Amazônia é marcada por silêncios e ausências que acentuam a sua relativa invisibilidade e velam os traços configurativos da sua identidade.

Nesse sentido, ainda de acordo com os autores, é preciso entender que os povos da Amazônia não vivem isolados no tempo e no espaço, pelo contrário, sempre estabeleceram — e continuam a estabelecer — relações de trocas materiais e simbólicas entre si, com as comunidades vizinhas e com os agentes mediadores da cultura, entre o mundo rural e o urbano e a vida em escala global. A Amazônia nasce e se desenvolve no âmago e nos dilemas da moldura da civilização euroantropocêntrica.

Qualquer projeto de desenvolvimento para a Pan-Amazônia e Caribe, deve trilhar o caminho que possibilite dar visibilidade aos povos amazônicos, uma vez que inseridos em um contexto de mudanças históricas, sujeitos às mesmas dinâmicas que permeiam o sistema socioeconômico e político-cultural da civilização contemporânea. Criam-se mecanismos que facilitem e possibilitem a participação desses grupos sociais nos processos de decisão do poder, de modo crítico e consciente. Para isso, a emancipação social deve ser um projeto de todos, construído por todos os cidadãos (FRAXE, WITKOSKI E MIGUEZ, 2009).

Para os autores, a modernização da Amazônia tem enfatizado a dramaticidade e as profundas contradições da própria modernização cultural-econômica, pautado num processo de modernização cultural e econômica e a forma de colonialismo que foram assumidos e impostos tanto ao horizonte sociocultural amazônico quanto ao nosso contexto nacional de um modo mais geral (isso sem mencionar-se a própria expansão cada vez mais intensificada da modernização cultural-econômica sob a forma de globalização).

É nesse processo de constituição e de realização desse projeto de modernização em relação à Amazônia – contexto ecológico e sociocultural totalmente diferente em relação à modernização cultural e econômica de cunho ocidental – serve como o espelho que faz aparecer o próprio sentido e as próprias práticas epistemológicas, políticas, culturais e econômicas que tem dinamizado seja a autocompreensão que a modernidade tem de si mesma, seja a fundamentação de projetos calcados em um ideal de modernização cultural-econômica como a alternativa por excelência da qual temos que partir e a qual não podemos abandonar. Mais do que ressaltar os limites das formas de vida tradicionais e de um suposto ecologismo cego e arredo ao industrialismo e ao consumismo, portanto, tem aprofundado o processo de pauperização da própria população (NIENOV, BARBA, DANNER, DANNER E KONZEN, 2015).

5 NOTA CONCLUSIVA

No contexto acadêmico brasileiro, o conceito de desenvolvimento, ao longo de sua trajetória, e em seus diferentes matizes, conserva pelo menos três caracteres gerais: à manutenção de uma visão dualista, a despeito das críticas renitentes; a permanência do crescimento econômico como central dentro de uma perspectiva etapista. E o terceiro, diz respeito ao apelo à modernidade aparece como o traço comum às diferentes abordagens: do progresso dos anos 1930 à inserção na globalização dos tempos atuais. .

No caso da Pan- Amazônia, as políticas de desenvolvimento as quais não levam a natureza em consideração e muito menos os homens que estão inseridos neste espaço, mas ao contrário, percebe-se uma eterna tentativa de integrar a Amazônia ao restante do Brasil, não só geopoliticamente mas, pautada no afastamento da diversidade étnica e cultural que necessita ser apreendida em sua singularidade. Nesse processo, apesar de todos os seus avanços, os projetos de desenvolvimento implementados na Amazônia, parece não ter dando conta de promover a visibilidade dos grupos sociais da Amazônia, seja social ou politicamente. Isso tudo, é fruto de um projeto de colonização e formação de uma identidade nacional que variado em modos, momentos históricos e grupos sociais.

Assim, qualquer projeto de desenvolvimento para a Pan-Amazônia, implica num comprometimento político e social, que não se reduz à descrição e análise de modos e práticas culturais tradicionais e específicas da região. Mas, que seja capaz de ir além do localismo/pertencimento, que (re)invente os percursos de uma história marcada pela desigualdade e inferiorização, fruto de um processo civilizador fundado na domesticação das múltiplas alteridades amazônicas. Neste processo, as políticas públicas de

desenvolvimento que primem pela proteção social dos sujeitos amazônicos, que dê visibilidade e alteridade a esses sujeitos, que contribua para o empoderamento dos diferentes grupos sociais que compõem o conjunto das sociedades que formam a região da Pan-Amazônia é o caminho, com certeza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- AGUA PARA TODOS AGUA PARA VIDA. Informe de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo de los Recursos Hídricos en el Mundo – ONU/WWDR. Paris, 2010.
- ALMEIDA, Ney T. Luiz e ALENCAR, Maria Torres. Transformações estruturais e desemprego no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: PETRES – FSS – UERJ, 2001.
- ANTUNES, R. L. C. Adeus ao Trabalho? : Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7a. ed. ampl. – SP: Cortez; Campinas, SP: Editora da Univ.Estadual de Campinas, 2000
- ____ e SILVA, Moraes A. Maria (orgs).O avesso do Trabalho.SP:Expressão Popular, 2004
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. O **índice de Desenvolvimento da Família** (IDF).Texto para discussão 986. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2003.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005. Belém: NAEA/UFGA, 2001.
- CASTEL, Robert. A Insegurança Social: o que é ser protegido? Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 95 p.
- Christian Otto Muniz Nienov Clarides Henrich de Barba Fernando Danner Leno Francisco Danner Magnus Dagios Paulo Roberto Konzen (Orgs.) Governo, cultura e desenvolvimento: reflexões desde a Amazônia Porto Alegre 2015
- COCCO, G.A **riqueza dos pobres contra a riqueza dos ricos**.In:LeMonde Diplomatique Brasil.Abril/2009
- DI GIOVANNI, Geraldo. “Sistema de Proteção Social”.Disponível em: <<http://geradigiovanni.blogspot.com/2008/08/sistema-de-proteo-social.html>>. Acesso em 5/05/ 2010
- DINIZ, M. B., *et all*. **A Amazônia legal está presa a um a armadilha da pobreza?** UFGA, 2010.
- FRAXE, T. J. P.; WITKOSKI, A. C.; MIGUEZ, S. F. **O Ser da Amazônia**: identidades e invisibilidades. Ciências e Cultura, Campinas, V.61, nº 3, p. 30-32, 2009,
- HARVEY, David. El “nuevo” imperialismo: **acumulación por desposesión**. Socialist Register 2011: el nuevo desafío imperial. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- HOFFMAN, Rodolfo. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- LASWELLLaswell, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian
- LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R., MACHADO, A. F. **Análise da pobreza com indicadores multidimensionais:uma aplicação para o Brasil e Minas Gerais**. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 125-152, jan./abr. 2005.
- Lopez, F.G.; Abreu, R.F. 2013. As ONGs e as políticas públicas no Brasil: o ponto de vista de gestores federais. In *Congress of the Latin American Studies Association*. Washington, D.C.
- LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy**
- MEAD, L. M. “**Public Policy**:Vision, Potential,Limits”, **Policy Currents**, Fev:1-4 1995.
- MÉSZÁROS, István.Para além do capital.Trad. Paulo Castanheira; Sérgio Lessa.SP: Boitempo, 2003.
- ____. A crise estrutural do capital.Trad. Francisco Raul Cornejo [et al.]. São Paulo: Boitempo, 2009
- Migração internacional na Pan-Amazônia /Luis E. Aragón (organizador). –
- NASCIMENTO, Cláudia. O processo de ocupação e Urbanização de Rondônia: uma análise das transformações sociais e espaciais. Revista de Geografia , v. 27, n. 2, 2010. p. 53 - 69.
- OLIVEIRA, Ednéia Alves de.O atual estágio de acumulação capitalista: destruição criativa ou criação destrutiva? Ver. Serviço Social e Sociedade,São Paulo: Cortez, nº 82, jul.2009. p.22/45.
- OLIVEIRA,F. Os direitos do antivalor—a economia política da hegemonia imperfeita. RJ: Vozes, 1998.

PEREIRA, Potyara A. P. **Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania**. In *Temporalis* nº 3 (ABEPSS), Brasília, 2009.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

REY, Mabel T. O Estado em debate: transições e contradições. A Construção do Estado. In: **Revista Margem Esquerda. Ensaios marxistas** n. 15. SP; Boitempo, 2010.

ROCHA, Sonia. **Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil**. In: Henriques, Ricardo (org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. RJ: IPEA, 2000.

SANTOS, Marta Alves. A reestruturação produtiva e seus impactos na saúde do trabalhador. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, nº 82, jul. 2005.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000. ambiente. Paris, 2001.

UNDP - United Nations Development Programme. *Poverty Report 2000*. Disponível em: <http://www.undp.org/povertyreport>.